SEFIC2017 UNILASALLE
A PESQUISA E O RESPEITO À DIVERSIDADE
16 A 20 DE OUTUBRO DE 2017
ISSN 1983-6783

CHÂTEAU UFRGS, MEMÓRIA E HISTÓRIA

Claudia Freire Beux, Tamára Cecília Karawejczyk Telles (orient.)
UNILASALLE

Resumo

O artigo resulta do trabalho "Saída de Campo", da disciplina Patrimônio Cultural e Natural, de Mestrado em Memória Social e Bens Culturais. A escolha, dentre outros motivos, foi devido à relevância institucional, e por saber que o prédio faz parte de um, dentre um conjunto de doze edifícios construídos entre 1898 e 1928, de inestimável valor histórico e cultural para Porto Alegre, pertencentes à UFRGS, que implantou suas primeiras unidades educacionais no final do século XIX.

Palavras-chave: *Château*; Patrimônio; Memória.

Área Temática: Ciências Humanas

1. Introdução

Na proposta do trabalho de Saída de Campo, da disciplina Patrimônio Cultural e Natural, do Curso de Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais, relacionou-se alguns prédios históricos, dentre os quais, museus, teatros, cinemas, igrejas, e, igualmente, bens imateriais que pudessem ser trabalhados. Entretanto, coube a pergunta: por que não a UFRGS?

A Universidade Federal, com seus 83 anos de história, traz consigo uma parte da memória de nossa cidade e do estado do Rio Grande do Sul. O prédio, objeto de estudo, reflete, por sua imponência e beleza, uma Instituição que implantou suas primeiras unidades educacionais no final do século XIX.

Não fossem os motivos elencados acima, a Universidade também representa para mim um valor afetivo. Quando pequena, por muitas vezes, acompanhava meu tio, antigo servidor, na sua rotina laboral. Lembro-me de entrar e sair de muitos prédios da UFRGS, de caminhar com ele, de mãos dadas, pela rua André da Rocha, atravessar a João Pessoa, e adentrar nos espaços da Universidade. Em meio a isso, ia escutando curiosamente suas histórias e percebendo seu apreço pela Instituição. Então, há muito pouco tempo, soube de um pedido que fizera a uma de suas filhas: gostaria que suas cinzas fossem jogadas na Faculdade de Direito e no Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), locais que mais frequentara como estudante e como servidor. Seu pedido foi realizado no ano passado, respeitando, assim, sua vontade

Somando-se a isso, desde agosto de 2008, após dezoito anos de serviços prestados à iniciativa privada, ingressei como servidora na Universidade. Foi, sem dúvida alguma, uma quebra de paradigmas na minha vida.

A visita foi realizada no dia 26 de maio do presente ano, às 9h de uma sexta-feira, após contato telefônico com o Sr. Diego Devicenzi, servidor da Universidade, com exercício no Setor de Patrimônio Histórico da Superintendência de Infraestrutura, desde o ano de 2011.

ISSN 1983-6783

Memória e História

O *Château* está próximo de outros prédios centenários que são o Castelinho, o Observatório Astronômico e a Escola de Engenharia, localizados no denominado Quarteirão 1 do Campus Centro da Universidade, na Avenida Osvaldo Aranha, 1150, no Centro Histórico de Porto Alegre. O quarteirão, delimitado pelas avenidas João Pessoa e Osvaldo Aranha, rua Sarmento Leite e praça Argentina, insere-se em uma região conhecida, no século XIX, como Várzea do Portão.

A região da Várzea, assim denominada, era utilizada para a secagem do couro de animais, bem como para carneá-los para o abastecimento da população ou como depósito do lixo domiciliar. Na época, era uma área livre do interesse imobiliário, ademais, também servia ao entretenimento da população, com a construção de um velódromo e do circo de touros. Esta era a paisagem no início do século XX, desta densa área urbana, pela qual, atualmente, circulam milhares de pessoas, várias gerações de estudantes e profissionais que responderam e respondem pelo desenvolvimento científico, tecnológico, educacional e humanista no nosso estado e fora dele.

O edifício do *Château*, juntamente com o Castelinho e o Observatório Astronômico, compõem um expressivo e harmonioso conjunto arquitetônico de autoria de Manoel Barbosa Assumpção Itaqui (engenheiro, arquiteto e construtor rio-grandense). As construções foram projetadas, simultaneamente, apresentando linguagem arquitetônica similar e a implantação conformou um largo, atualmente denominado Largo Paganini. As construções foram realizadas por Andriguetto e Paganini (segundo Moraes, é possível que o nome do largo tenha sido em homenagem a Pio Paganini (1848-1916), entre 1906 e 1908. A implantação teve como premissa o posicionamento do prédio do Observatório, pertencente ao Instituto Astronômico e Meteorológico da EEPA (Escola de Engenharia de Porto Alegre), que, por sua função específica, foi orientado precisamente sobre os pontos cardeais.

O prédio do *Château* foi concebido simetricamente, com duas alas térreas de amplo pé-direito e livres de compartimentações, dispostas em ângulo e articuladas por meio de um torreão central. Elemento com dois pavimentos e forma hexagonal que abriga o acesso principal. A tipologia atende à função para a qual o edifício se destinava, abrigando oficinas de ensino prático com grandes equipamentos.

Inicialmente, a ala direita serviu para a Oficina de Serralheria; sua ala esquerda, para a Sala de Máquinas e de Madeiras, e o Núcleo Central, para o Almoxarifado (no térreo) e o Posto Médico, na parte superior do torreão. A área construída era de 374,24m^2.

O *Château* está assentado em fundações de granito, composta por paredes espessas que possuem função estrutural (autoportantes), construídas em alvenaria de tijolos maciços rejuntados com argamassa de areia e cal. O piso do andar térreo era de tijoleira de barro. As sacadas, construídas em lajes de grés e trilhos de ferro, são arrematadas com uma fileira de tijoleiras de barro e de mosaico. As fachadas possuem enfeites em cimento fundido com formas variadas, além de tijolos de vidro do tipo pavê. A cobertura é de telhas francesas sustentadas por uma estrutura de madeira.

Neste acervo localizado no contexto urbano da cidade de Porto Alegre de que o *Château* faz parte, convivem duas gerações históricas e artísticas de edificações dos séculos XIX e XX.

O primeiro grupo é composto por doze edifícios construídos entre 1898 e 1928. Esse conjunto ilustra a Corrente Historicista, com traçado característico do estilo Eclético. O segundo grupo, ou segunda geração, compreende quinze edifícios construídos entre 1951 e 1964, representativos do Movimento Modernista.

Assim como a literatura e as artes plásticas, a arquitetura moderna foi introduzida no Brasil, na década de vinte, a partir do contato com a vanguarda europeia que se insurgia contra o gosto burguês vigente, que procurava acompanhar os padrões estéticos do ecletismo da *École des Beaux-Arts* Francesa. Esse era o estilo que predominava nas construções que invadiam os espaços urbanos.

ISSN 1983-6783

A edificação do *Château* possui inspiração no Historicismo e no *Art Nouveau*. O primeiro trata-se de um movimento cultural europeu, iniciado no último triênio do século XVIII, com duração até as primeiras décadas do século XX, que contempla entre suas diversas manifestações, a valorização e a recriação de padrões arquitetônicos de épocas distintas.

O segundo - o *Art Nouveau* - traduz-se em um conjunto de concepções artísticas, surgido no final do século XIX na Europa, voltado principalmente para a arquitetura, às artes plásticas e à decoração, que procurava satisfazer a necessidade de expressão individual, em certo contraste ao massivo desenvolvimento industrial do período. Por vezes, tais iniciativas ocorriam em uma mesma obra, sendo chamados de ecletismo. Desse modo para artistas de matriz historicista, os trabalhos compostos por elementos estéticos de épocas passadas expressariam a beleza, a técnica e a excelência em sua plenitude. Tal linguagem estava ligada à valorização e à idealização da história nacional, projetando-se a imagem de uma nação poderosa e progressista.

2. Marco Teórico

De acordo com Fonseca (2005), no Brasil, a temática do patrimônio começa a ser considerada politicamente relevante, implicando o desenvolvimento do Estado, a partir da década de 1920. O Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional (SPHAN) foi criado em 1936, marcado por dois fatos históricos que atingiram a vida cultural e política no Brasil: o movimento modernista e a instauração do estado novo, em 1937. A compreensão desse contexto cultural, em que, pela primeira vez, no Brasil, se formula explicitamente a temática de um patrimônio histórico e artístico nacional, implica a sua relação com o surgimento e o desenvolvimento do movimento cultural mais importante na primeira metade do século XX: o modernismo.

Nas primeiras manifestações, não se tratava de um movimento homogêneo. Inicialmente, o modernismo se propunha como uma revolução artística, porém, mais tarde, esse movimento teve diversas orientações estéticas e também ideológicas. Nos anos 20 e na década seguinte, surgiam nomes expressivos de artistas e intelectuais simpatizantes do movimento modernista, tais como Sérgio Buarque de Holanda e Mário de Andrade. Entretanto, surgiram também grupos conservadores, cujos membros se voltaram posteriormente para uma militância política, como Plínio Salgado e Menotti Del Picchia. Esses grupos eram antirrevolucionários, temiam a anarquia e as ideologias de esquerda, defendiam a ordem e a restauração dos valores espirituais, como as virtudes cristãs e o culto à pátria.

Neste período, ocorreu a Semana de 22, em que o modernismo se apresentou como anti-burguês, contudo recebeu o apoio de vultos importantes da aristocracia do café, como Paulo Prado. A Antropofagia de Oswald de Andrade e Raul Bopp – que teve na pintura de Tarsila do Amaral sua expressão crítica mais radical -, defendeu a valorização do primitivo e recorreu à paródia e à sátira.

Em 1926, Gilberto Freire liderou um grupo de escritores nordestinos e produziu o Manifesto Regionalista, chamando atenção para a cultura popular local e para os problemas da região.

Esse era o cenário cultural do Brasil à época, tendo na figura de Mário de Andrade o elo entre vários intelectuais modernistas de todo o país através de seus contatos pessoais, viagens e correspondências. Em termos de expressão estética, predominaram na literatura e nas artes, uma linguagem não-realista e a incorporação de recursos expressivos das vanguardas europeias. Outro tema comum era a questão da identidade natural.

Fonseca (2009) aproxima-se das ideias de Françoise Choay (2006), quando explica que a noção de patrimônio surgiu no contexto mais amplo de construção das identidades nacionais, colaborando com a consolidação dos Estados modernos. A autora explica que tais patrimônios passaram a estar relacionados a várias funções simbólicas relativas ao reforço da noção de cidadania. Além disso, o patrimônio funcionaria como um marco espacial e temporal para a história da nação, o que por sua vez, colaboraria para a criação de uma imagem, mesmo

ISSN 1983-6783

que idealizada, daquilo que seria essa nação, tanto simbolizada por seu patrimônio, quanto por símbolos criados especialmente para tal, a exemplo das bandeiras nacionais. Os bens patrimoniais poderiam ser considerados provas materiais das versões oficiais da história nacional de um Estado, o que no limite colaboraria com a manutenção de certo *status quo*. A autora também afirma que a conservação dos bens patrimoniais, mesmo que generosa, se justificaria por suas funções e qualidades pedagógicas em relação ao passado da nação.

Por outro lado, assim como a literatura e as artes plásticas, a arquitetura moderna foi introduzida no Brasil, durante esse período, a partir do contato com a vanguarda europeia (o racionalismo de Le Corbusier), que se insurgia contra o gosto burguês vigente, que procurava acompanhar os padrões estéticos do ecletismo da *École des Beaux-Arts* Francesa. Esse era o estilo que predominava nas construções que invadiam os espaços urbanos.

Conforme Fonseca (2005), na década de 20, o patrimônio expressa-se como preocupação de salvação dos vestígios do passado da Nação, e, mais especialmente, com a proteção de monumentos e objetos de valor histórico e artístico.

Françoise Choay (2006) discute o fenômeno do patrimônio ao longo da história e contribui para compreendermos suas relações com a sociedade e com o Estado Nacional, além das próprias transformações que este conceito sofreu. A autora relata que a partir de acontecimentos históricos, como a Revolução Francesa, o conceito de patrimônio histórico vem sendo consolidado e disseminado desde o surgimento das primeiras legislações nacionais, passando pelo desenvolvimento das teorias de conservação e restauração, pelo crescimento das cidades e impactos da Revolução Industrial, constituindo para si um campo próprio de práticas e saberes. Choay refere-se que todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem que para isso tenha tido, na origem, uma destinação memorial. De modo inverso, cumpre lembrar que todo artefato humano pode ser deliberadamente investido de uma função memorial.

Tendo como exemplo principal para sua discussão o patrimônio histórico representado pelas edificações, Choay (2006) estabelece uma diferenciação entre os conceitos de Patrimônio e de Patrimônio Histórico. O conceito de patrimônio tem relação com os bens que surgem de uma necessidade direta de ativação da memória, e têm vínculo com as estruturas familiares, econômicas e jurídicas de sociedades enraizadas no espaço e no tempo. Entretanto, com o passar do tempo, o sentido de patrimônio se transforma, surgindo a expressão Patrimônio Histórico, servindo para designar um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos.

3. Metodologia

O artigo apresenta pesquisa documental, utilizando como fonte o banco de dados da Instituição.

De acordo com Fonseca (2002), a pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. Entretanto, a pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002:32).

4. Considerações Finais

Dos anos 1990 em diante, vem se ampliando o conceito de preservação e de patrimônio, de cultura e de identidade. A memória e o patrimônio estão inseridos no dia a dia das

ISSN 1983-6783

pessoas, estimulando um novo olhar em cada cidadão, despertando o sentimento de pertencimento sobre sua história, provocando-os a enxergar com outros olhos e a escutar com outros ouvidos.

Alguém já disse que aquilo que não é compartilhado fica perdido. A vida em comunidade propicia a comunhão de valores e o contínuo exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais estabelecidos na Constituição de um país.

Discute-se muito hoje a necessidade de preservação do Patrimônio Cultural, valorização do passado e memória coletiva das cidades; não só na arquitetura, mas em diversas áreas do conhecimento humano. O Patrimônio Arquitetônico representa uma produção simbólica e material, carregada de diferentes valores e capaz de expressar as experiências sociais de uma sociedade.

A preservação da memória, dos acervos, marcos de existência de relação com a sociedade, de um material raro de se encontrar, é, por consequência, a preservação da história.

O reconhecimento de valores, de significações ligadas à história do estado e da nação, todas estas ações são consequentes do ser cidadão.

Assim, a memória coletiva das cidades está, sobretudo, em seus velhos edifícios. Eles são o testemunho mudo, porém valioso, de um passado distante. Servem para transmitir às gerações posteriores os episódios históricos que neles tiveram lugar e também como referência urbana e arquitetônica para o nosso momento atual. Preservá-los não somente para fotos, mas para que as gerações futuras possam sentir in loco a visão de uma cidade humana e como se vive nela.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na busca da preservação de seu patrimônio cultural e de sua memória, desde 1998, deu início a um projeto de recuperação de seus prédios históricos. De acordo com a Universidade, esta ação tem por missão resgatar o acervo de suas edificações, mediante a preservação, a revitalização e a adequação às suas necessidades atuais, salvaguardando o seu patrimônio cultural, exercitando a memória coletiva e fortalecendo a cidadania.

Referências

A Memória do Patrimônio. Disponível em: http://www.eumed.net/rev/cccss/25/bens-culturais.html. Acesso em: 30 maio 2017.

CHOAY, Françoise. Trad. Luciano Vieira Machado. **A Alegoria do Patrimônio**. 3ª Ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia. **Por uma História da Noção de Patrimônio Cultural no Brasil**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 34, p. 147-165, 2011. Disponível em: http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3239. Acesso em: 30 maio 2017.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONSECA, Maria Cecília L. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2ª Ed., Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro: IPHAN, 2005.

MORAES, George Augusto Moraes de. **A Contribuição de Manoel Itaqui para a Arquitetura Gaúcha**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). PROPAR/UFRGS. Porto Alegre, 2003, p. 54-36.

Preservação do Patrimônio Edificado da UFRGS - **Château** – Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural, Porto Alegre: UFRGS Editora, 2016.